



ConScientiae Saúde

ISSN: 1677-1028

conscientiaesaude@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

dos Santos, Sonia Aparecida; Adorno Araujo, Elizabeth
A competência e os aspectos ético-políticos no curso de enfermagem: a partir do olhar de docentes
enfermeiros

ConScientiae Saúde, vol. 7, núm. 1, 2008, pp. 93-100

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=92970114>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A competência e os aspectos ético-políticos no curso de enfermagem: a partir do olhar de docentes enfermeiros

The competences and ethical-political aspects in nursing: from the nursing teacher's point of view

Sonia Aparecida dos Santos¹; Elizabeth Adorno Araujo²

¹ Enfermeira Sanitarista e Mestre em Educação – Unicamp; Docente em Enfermagem pela Cetesp – Centro Paula Souza

² Doutora em Educação – Unicamp; Docente do Programa de Mestrado em Educação – PUC-Campinas; Membro do Grupo de Pesquisa – ICON.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
São Paulo – SP [Brasil]

E-mail:
soniasantosprof@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, contemplam-se resultados de investigação que possibilitam conhecer como os docentes-enfermeiros da graduação em enfermagem identificam e operacionalizam suas ações tendo em vista o desenvolvimento das competências que abrangem os aspectos ético-políticos na formação do profissional. Optou-se por uma abordagem qualitativa para tratamento, análise e interpretação dos dados, utilizando-se um questionário como instrumento de coleta dos dados. A pesquisa se desenvolveu em quatro Instituições de Ensino Superior (IESs), do interior do Estado de São Paulo. Como pressuposto, considerou-se a importância de competência com dupla significação: técnica e política, sendo a ética a mediadora entre as duas. Várias constatações foram reveladas neste estudo, o desenvolvimento da técnica e sua lacuna em relação à postura política na formação do enfermeiro.

Descritores: Competência; Docência em enfermagem; Universidade; Valores ético-políticos.

ABSTRACT

In this article were contemplated the results of an inquiry that have let us know how nursing teachers identify and take part in the development of the abilities that enclose ethical-political aspects in the formation process of future nurses. A qualitative approach was chosen to analyze and interpret the data, which was gathered by means of a questionnaire. It was pointed out the importance of a double-meaning ability: technique and politic, ethics being the mediator between them. Many facts have been disclosed in this study; however, the most important ones were the technique dimension development and the gap between this dimension and the politic one in the nurse formation.

Key word: Competence; Ethical-political values; Teaching nursing; University;

INTRODUÇÃO

Atualmente, a política está presente em todas as dimensões da vida social. É muito discutida e questionada por ser, sistematicamente, confundida com as ações de alguns políticos. Há vasta literatura, com diversas vertentes, sobre o tema até porque não se pode pensar em política somente como espaço para partidos políticos, negócios e jogos de poder, pois sua ação é muito mais ampla. Ela proporciona o exercício da cidadania e argumentação, possibilitando encontrar vários espaços que podem levar a caminhos e consenso de interesse da coletividade.

A evolução histórica das políticas de saúde e a formação de profissionais estão relacionadas diretamente às alterações de cada época bem como à evolução político-social e econômica da sociedade brasileira. O processo evolutivo da saúde e a formação de profissionais sempre obedeceram à ótica do avanço do capitalismo.

A política de saúde adotada no Brasil, ainda em construção, é a do Sistema Único de Saúde (SUS) – regulamentada pelo artigo 196 da Constituição Federal de 1988 – que resgata a saúde como direito de cidadania. Quando se discutem mudanças e o futuro do modelo assistencial do SUS, a formação de recursos humanos é tema crucial, porque a qualidade da assistência, a integralidade da atenção e a capacidade de resolver problemas de saúde individuais e coletivos são condicionadas à adequada formação de recursos humanos.

A profissão de enfermagem vem sofrendo redefinições, pois sua prática bem como suas referências, assistências e seu compromisso social estão sendo repensados¹. Considera-se que o enfermeiro poderá ser agente estratégico nas políticas sociais, pois exerce papel importante de atenção à saúde das pessoas tanto individual quanto coletivamente. O enfermeiro atua na capacitação, formação e coordenação da maioria dos trabalhadores de saúde. Não podemos esquecer sua atuação junto à gestão e gerenciamento de programas e projetos sociais, e mais,

no ensino e pesquisa, o que resgata as características de flexibilidade e polivalência que as transformações do mundo de trabalho vêm exigindo.

Mesmo assim, ainda percebemos contradições a respeito do perfil e das competências do futuro enfermeiro e, mais especificamente, quanto ao papel do docente no desenvolvimento da competência abrangendo os aspectos ético-políticos na formação do aluno de enfermagem.

Para Rios², a competência é saber fazer bem; ele ainda menciona várias dimensões de competência, entre as quais é a dimensão ética na orientação da ação, fundada no princípio do respeito e da solidariedade, na direção da realidade de um bem coletivo, além das dimensões técnica e política.

A dimensão ética leva os profissionais a refletir sobre os valores que orientam suas ações, enquanto a política relacionam-se com a construção de estratégias no campo democrático popular para estabelecer mediações nos espaços socioinstitucionais.

Assim, entende-se que, para ocorrer o desenvolvimento desse profissional, levando-o a ser reflexivo e crítico, as questões ético-políticas devem ser discutidas no curso de graduação de enfermagem, como preconizado na Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001³, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Enfermagem e, em seu art. 4º, inciso I, declara:

[...] Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas com a resolução do problema de saúde, em nível individual e coletivo³.

Vale ressaltar que tais discussões devem ocorrer em conexão com as disciplinas técnicas e especializadas, sem se limitarem às disciplinas de

Ciências Humanas e ou de Políticas Públicas de Saúde, além de utilizar metodologias inovadoras.

Optou-se por abordar conjuntamente os aspectos ético-políticos, corroborando com o pensamento de Rios², quando afirma: “[...] os conceitos de ética e de política se apóiam na ligação estreita que há entre eles”.

De acordo com Germano⁴,

[...] há grande descompasso entre as ciências biomédicas e a reflexão ética, o que torna difícil enfrentar os desafios dos avanços tecnológicos da área da saúde [...]; são escassos os debates nas universidades, em particular na área da saúde, pois trata de questões mais gerais da sociedade, como a fome, a pobreza, a desigualdade entre os homens, a qualidade de vida, entre outros.

Para Rios², mesmo que esses questionamentos tenham estreita relação com os direitos humanos e com as questões éticas, geralmente não são objetos de debates. Germano⁴ ainda destaca o desinteresse de instituições formadoras em debater assuntos pertinentes à formação profissional, tais como avanço técnico-científico, saúde da população, SUS e seguridade social.

Segundo Rios², “[...] cria-se uma visão tecnicista quando se supervaloriza a técnica, ignorando sua inserção em contexto social e político, atribuindo-lhe caráter de neutralidade [...]” Entretanto, entendemos que o enfermeiro é um ator social inserido no processo e no desenvolvimento da vida humana, e sua formação não pode estar centrada na dimensão técnica, desvinculada da dimensão ética e política.

Neste estudo, os aspectos políticos basearam-se na construção coletiva e na participação do enfermeiro nas políticas públicas de saúde. Esse profissional deve estar sempre envolvido e comprometido com as pessoas e com o meio em que vive e como vive, e não somente com o

tratamento da doença; afinal, é um profissional da saúde, não da doença.

Assim, o objetivo, neste estudo, é conhecer a visão dos docentes-enfermeiros sobre o desenvolvimento da competência ético-política na formação do profissional. Com isso, pretende-se problematizar como os processos de ensino na área são organizados de modo que possibilitem uma formação em que o profissional seja sujeito crítico de seu tempo e ator nas mudanças sociais inadiáveis.

MATERIAL E MÉTODO

Propôs-se estudar um fenômeno ou a representação de um fato relativo ao ensino-aprendizagem na graduação de enfermagem, quase sempre carregado de valores morais e éticos; para tanto, por uma pesquisa qualitativa, concordando com Minayo⁵: “[...] as metodologias de pesquisa qualitativa são entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do ‘Significado’ e da ‘Intencionalidade’ como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais [...]” (grifo do autor).

Os dados foram obtidos por meio de questionário, dividido em caracterização do sujeito, contexto escolar e desenvolvimento ético-políticos. Os campos de pesquisa foram quatro cursos de graduação em enfermagem, criados na última década e integrados às Instituições de Ensino Superior privada na região leste do Estado de São Paulo.

Foram sujeitos da pesquisa 23 docentes-enfermeiros que atuam nesses cursos, que tiveram garantia de anonimato e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, seguindo os preceitos éticos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde⁶.

Seguindo Minayo⁵, houve discussão e interpretação das unidades temáticas, o que possibilitou aprofundamento dos temas e identificação das regularidades.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Neste estudo, observamos que, na formação do enfermeiro, ainda há lacuna em relação ao desenvolvimento da competência que

abrange os aspectos ético-políticos, bem como ausência da IES como ator facilitador para que tal desenvolvimento ocorra.

As IESs pesquisadas possuem características semelhantes em relação ao número de docentes-enfermeiros com títulos de especialização, porém diferem quanto ao número de mestres e doutores. Constatamos também que mais de 80% estão envolvidos em pesquisa e participaram em eventos científicos nos últimos três anos.

Aguiar⁷ corrobora:

[...] as competências técnico-científica, ético-política, sócio-educativa, vivenciais-afetivas e as habilidades de investigação – praticar, desenvolver e aplicar pesquisa – são construtivas do saber/fazer do enfermeiro, o que implica incorporar atitude política de busca, de interrogação, numa inquietação permanente.

Ainda foi possível avaliar a participação insuficiente do docente-enfermeiro em instâncias colegiadas em nível de Conselho; apenas três o faziam, todos da mesma IES, não refletindo a importância e a necessidade dessa inserção para a sociedade e para a profissão.

Para Germano⁸,

Não é possível estruturar o ensino de ética sem a compreensão da realidade social ou o exercício da crítica sistemática às questões mais gerais da saúde e da sociedade, e que repercutem no dia-a-dia da profissão e na assistência que dispensamos aos doentes. Sem essa visão, partimos para um discurso ético-filosófico na sala de aula, totalmente vazio e, conseqüentemente, desvinculado da realidade social.

Nos depoimentos, foi possível confirmar que o conceito de competência é definido de acordo com a demanda do mercado.

Aquele que tem incessante necessidade de buscar o conhecimento e consegue aplicá-lo na prática assistencial ou de ensino, produzindo bons resultados, aceita críticas, acompanha evolução e está predisposto às mudanças.

Observou-se que a titulação e a atividade dos respondentes (hospitalar ou não) influenciaram nos conceitos, ou seja, os participantes com formação pedagógica e com títulos de pós-graduação voltados para a área da educação e da saúde coletiva conseguiram expressar conceito mais amplo do profissional de saúde, como evidencia o depoimento:

O profissional de saúde competente é aquele que tem conhecimento científico e técnico e ético para saber aplicá-lo com humanidade e respeito, além de ser também um indivíduo crítico que saiba complementar mudanças em seu contexto de atuação.

Quanto à competência do enfermeiro para atuar no SUS, há respondentes que têm a concepção tecnológica como a ideal para atuação nesse sistema. Um deles revelou:

Eu acredito que o enfermeiro já é competente, a falha está no sistema: ausência de médicos, medicamentos, material esterilizado.

Nas respostas dos sujeitos com formação pedagógica, encontramos depoimentos com concepção mais ampla em relação ao enfermeiro competente para atuar no SUS.

Tem que ter e saber desenvolver muita tolerância para enfrentar as situações do dia-a-dia, lembrando que “tolerar não significa aceitar o que se tolera”, podemos como enfermeiros mudar o rumo e influenciar em decisões das diferentes situações do dia-a-dia

Rios⁹ recorda que o profissional de saúde competente é aquele que desenvolve um trabalho com competência e esclarece com a afirmação: “[...] o trabalho competente, de boa qualidade, é um trabalho que faz bem, isso é, que fazemos bem, que faz bem para nós e para aqueles com os quais nos relacionamos.”

As atuais exigências do SUS e do mercado de trabalho vêm impondo mudanças no perfil do profissional da saúde relacionadas à competência. Assim, entendemos que cabe às instituições formadoras organizar-se para atender às exigências dessas mudanças, pois no compromisso profissional está implícita a aquisição de conhecimento além da técnica, implicando que o profissional de saúde, no caso o enfermeiro, deva adquirir competências para compreensão e cuidado do homem na dimensão biopsicossocial, e não meramente na técnica.

Se o profissional de saúde e o docente não tomarem consciência dos fatos e da realidade que os cercam, não poderão participar da condução das mudanças necessárias e, provavelmente, ficarão relegados a meros espectadores.

Assim, para nós, o profissional de saúde competente deve refletir, a todo momento, sobre as constantes mudanças da realidade social, pois se entende que a falta de participação implica ausência de reflexão coletiva e distanciamento da realidade. O profissional de saúde deve estar atualizado com todo o processo de mudança que permeia a humanidade e comprometer-se com ele de forma consciente e responsável, buscando o momento e a forma de intervir nos fatos e na realidade concreta.

Em relação a como se desenvolviam os aspectos ético-políticos do futuro enfermeiro, constatamos que os participantes trazem para si todas as responsabilidades e não envolvem outros atores, nem mesmo a IES, como podemos evidenciar nos depoimentos:

No dia-a-dia durante as aulas.

No primeiro semestre do curso, o aluno já tem a disciplina de história da enfermagem e, ao longo dos oito se-

mestres, outras disciplinas discutem o tema, com destaque para as disciplinas de fundamentos e gerenciamento.

Os depoimentos levam a crer na insuficiência da participação da IES no desenvolvimento desses aspectos na formação do enfermeiro. Além disso, embora se considere que o campo da educação na área da saúde está em transformação, observa-se nas IESs pesquisadas uma posição conservadora. Além disso, destaca-se que o desenvolvimento dos aspectos ético-políticos está centrado no docente e no modelo tradicional de ensino.

O estudo da ética na formação do enfermeiro e demais profissões da saúde é uma questão muito séria, pois a formação e, particularmente, a conduta ética se estruturam no âmbito de uma totalidade histórico-social e devem assumir os princípios políticos da igualdade, o que requer também o desenvolvimento da solidariedade e da responsabilidade.

Na unidade temática, destacam-se o papel do docente e do enfermeiro, as contribuições pedagógicas para desenvolvimento da competência e as dificuldades encontradas. Foi possível evidenciar que mais da metade dos respondentes também exerce a função de enfermeiro, o que, acredita-se, influencia em suas ações como docente. Os participantes utilizam os mais diversos processos pedagógicos para desenvolver competência, porém se limitam às salas de aula ou campo de estágio.

A boa qualidade que queremos para nossa educação se revela no trabalho competente, que tem como eixo fundamental a dimensão ética, cujo horizonte é a afirmação do bem comum. A formação de boa qualidade será, então, aquela que cria condições para a construção cotidiana e coletiva da cidadania e da felicidade⁹.

Entretanto, percebe-se que a maioria dos respondentes se limita mais à dimensão técnica

ca, com pouca ênfase nas dimensões ética e política. Esses resultados levam a uma indagação: se a formação e a atuação do docente, isto é, a identidade do professor, podem interferir nos conceitos, é possível que também influencie na formação do futuro enfermeiro?

Segundo Gualda¹⁰, apesar da influência a que a educação em enfermagem está sujeita, muitos educadores têm concluído que abordagens tradicionais, embora transmitidas aos alunos por décadas, não se aplicam mais à realidade atual, que exige de seus profissionais, além de competência técnica, capacidade criativa, reflexiva, de análise crítica e aprimoramento constante.

É importante lembrar que a IES não é uma instituição isolada de todo contexto social. Assim, não é possível admitir que as ações educacionais se limitem ao interior da escola e da sala de aula e, com essa idéia, talvez se possa manter e estimular a luta pela transformação social.

Finalizando a análise de resultados e com base nas respostas, realizou-se uma síntese dos obstáculos que dificultam o desenvolvimento dos aspectos ético-políticos na formação do enfermeiro:

1. A valorização da dimensão técnica, limitando-a àquela codificada da profissão e com pouca referência à dimensão política; uma pequena parcela referencia questões sociais;
2. O modelo de ensino em que esses docentes foram formados (tradicional e tecnicista);
3. O modelo de gestão e políticas conservadoras das IESs estudadas;
4. A ausência de participação política de grande parte dos docentes-enfermeiros;

A maioria dos docentes-enfermeiros respondentes passou por processo de formação centrado em conteúdos voltados à prática essencialmente curativa, com ênfase na superespecialização em perspectiva de ocupação do mercado de trabalho, levando à fragmentação do cuidado, que, na maioria das vezes, vem na

contramão dos propósitos impostos pelo sistema de saúde brasileiro.

CONCLUSÃO

Entende-se que as considerações reflexivas finais podem significar elementos que, na realidade, são representações em constante transformação; portanto temporárias, inacabadas.

Expôs-se à guisa de pespontar o final do estudo questões que podem ser consideradas obstáculos para que a competência se desenvolva, abrangendo aspectos ético-políticos na formação do enfermeiro, apontando lacuna no processo de ensino-aprendizagem.

Com base nas respostas dos sujeitos e nos referenciais teóricos estudados, percebe-se que, para que seja possível mudar tal situação, obstáculos deverão ser ultrapassados: a incapacidade do Estado de propor e implantar mais claramente políticas de pessoal, os interesses corporativistas, as resistências e os preconceitos das IESs e dos próprios docentes. Nota-se que, nesse enfrentamento, há situações que se encontram em macro e micro instâncias, isto é, as primeiras estão fora de governabilidade, e as segundas, passíveis de interferência.

Como enfermeiras e docentes, podemos expor sugestões que podem parecer tímidas em relação à complexidade da questão; no entanto, podem representar o início de uma mudança. No que se refere à atuação do enfermeiro, defendemos que uma prática social, reflexiva, deva extrapolar o modelo biologicista, a ação técnica e o aspecto curativo. Na formação do enfermeiro, devemos aliar as dimensões técnico-científicas e ético-políticas aos aspectos culturais, de modo que o futuro enfermeiro possa interferir na desigualdade social e nos danos que provoca à sociedade.

Entendemos que nós, docentes e enfermeiros, devemos lutar para que a formação profissional da categoria acelere seu processo de mudanças. No entanto, tais mudanças não podem ser estabelecidas apenas por órgãos governamentais, que geralmente atendem aos interes-

ses capitalistas. Por isso é importante que nos mobilizemos para que as propostas melhorem as condições de vida da população, para isso, é preciso que à incorporação dos avanços tecnológicos, não se limitem a atender apenas uma pequena parcela da população: a elite.

Acreditamos que a profissão possa sair do processo de subordinação a outros profissionais e também de alienação. Para isso, devemos aproveitar os espaços democráticos existentes, como os Conselhos Municipais de Saúde e da Educação, conselhos e associações de classe.

A categoria deve posicionar-se para exigir que o governo estabeleça uma política educacional e se posicione com mais rigor diante das IESs, exigindo que as instituições formadoras estabeleçam políticas de ensino que atendam às demandas sociais capazes de produzir conhecimento relevante e útil para o SUS, fortalecendo a promoção-proteção da saúde para todos.

A atual política educacional para formação de profissionais de saúde não oferece espaços nas IESs que permitam mudar essa realidade, isto é, envolver vários atores na promoção dos aspectos ético-políticos. Nós, docentes-enfermeiros, paralelamente à participação e apoio à ABEN, COREN e COFEN, SENADEN (espaços de estudos e propostas para discutir a formação em enfermagem), poderíamos, em nível micro, na própria IES e durante nossa atividade docente, possibilitar a intersetorialidade. Isso garantiria ao educando visão ampla de sua atuação e de outros determinantes, como ator social e a diversidade do cenário de ensino, ampliando não com laboratórios ou aulas em laboratórios, mas com modalidades de ensino-aprendizagem, utilizando metodologias inovadoras e ativas, não restritas à sala de aula e aos serviços de saúde. É necessário possibilitar a aproximação dos alunos com a realidade social, para conhecerem a desigualdade que, direta ou indiretamente, influencia no processo saúde-doença. Também é preciso levá-los a refletir sobre as causas das dificuldades na construção do SUS, que desqualificam o atendimento oferecido. Atualmente, os educandos só são expostos às consequências

dessa desqualificação, tais como elevação dos índices de doenças preveníveis, falta de insumos e equipamentos e pouca resolutividade, pois parte desses problemas pode estar apoiada na competência e interesse do trabalhador de saúde.

Propõe-se, ainda, que os alunos da graduação em enfermagem participem, mesmo como meros espectadores, de espaços democráticos como os Conselhos Municipais (Saúde, Educação, Idoso, Menor e Adolescente etc.) e das tribunas destinadas à prestação de contas dos serviços públicos que atendem à necessidade da população.

As inovações metodológicas devem fazer parte do cotidiano do docente, e torna-se mais fácil quando os enfermeiros que optam pela docência, buscam cursos que visem à formação pedagógica, mesmo já tendo concluído sua especialização, seu mestrado e doutorado em áreas das Ciências Biológicas. Acredita-se que, se os docentes-enfermeiros tentarem traçar outros caminhos para a formação do enfermeiro, será possível, mesmo a longo prazo, provocar mudanças de postura e de propósitos profissionais dos docentes.

Considera-se que a formação do enfermeiro deva ser norteada por premissas que visem não somente à globalidade na assistência, mas também à participação nas políticas públicas. Esse é um processo possível, desde que o aluno de enfermagem, no cotidiano acadêmico, vivencie os aspectos ético-políticos que envolvem a saúde brasileira e a sociedade, a partir das relações que se estabelecem no processo de aprendizagem.

O desenvolvimento da competência fundamentada nos valores ético-políticos na formação do enfermeiro há de ser subsídio para que ele possa atuar em esferas assistenciais, gerenciais e educacionais, colaborando na construção das políticas de saúde. Entendemos que esse desenvolvimento seja um processo contínuo de formação que não termina com a graduação.

Formar profissionais da área da saúde – enfermeiros – é, acima de tudo, formar cidadãos sensíveis, competentes tanto na esfera ética quanto na política, que reconheçam os determi-

nantes do processo saúde/doença e ainda compreendam que a promoção da saúde é resultado de ações articuladas entre governo e instituições de saúde, IESs e população. Assim, poderemos contar com profissionais com capacidade de intervenção crítica no cenário sócio-histórico e também com qualidades referentes à instrumentalização do saber, traduzidas na sistematização formal de seus conhecimentos tácitos.

Dessa forma, este estudo constitui uma contribuição para o conhecimento do tema e também para reflexões. Além disso, é preciso considerar vários fatores que contribuem para a formação do profissional e, conforme o pensamento de Catão¹¹, “A ética não é uma geometria de direitos e deveres, mas a busca constante do que é melhor para esses seres concretos e históricos que são as mulheres e os homens em busca da felicidade.”

Referências

1. Espiridião E. Repensando a formação do enfermeiro: processo de conscientização crítica e prática docente à luz do referencial ético-humanista [tese]. Ribeirão Preto: Universidade de Ribeirão Preto, 2005.
2. Rios TA. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
3. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3/2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Diário Oficial da União. 2001; set 7; seção 1:37.
4. Germano RMO. A ética na formação dos profissionais da saúde. In: Bagnato MHS, Cocco MIM, De Sordi MRL. Educação, saúde e trabalho: antigos problemas, novos contextos outros olhares. Campinas: Alínea, 1999.
5. Minayo MCdeS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7 ed. São Paulo, Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.
6. Conselho Nacional de Saúde (CNS). Resolução 1996. 10 out. 1996. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. [Acesso em 5 de abr 2005]. Disponível em: <http://www.bioetica.ufgrs.br/res19696.htm>.
7. Aguiar MGG. A produção científica do(a) aluno(a) de graduação em enfermagem da Universidade Estadual de Feira de Santana: o período de 1996 a 2001.[monografia Progressão de Carreira]. Feira de Santana: Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2002.
8. Germano RM. O ensino de ética na enfermagem do Brasil [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1992.
9. Rios, TA. Ética e competência. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
10. Gualda DMR, Merighi MAB, Oliveira SMJV de. As abordagens qualitativas e sua contribuição na enfermagem. *Rev Esc de Enf USP*.1995; 29(3):297-309.
11. Catão FAC. A pedagogia ética. Petrópolis: Vozes, 1995.